



ENTREVISTA CENSO 2022

Luciano Tavares Duarte

Gerente técnico do Censo 2022 – IBGE

25/08/2022

Luciano Tavares Duarte tem formação em Estatística, com Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela ENCE - IBGE

1ª Como se constrói o questionário do Censo?

Os censos, em geral, têm como principal objetivo contar população, e coletar informações de características básicas estruturais dessas populações. Podemos hierarquizar essas informações pelo grau de importância, que seria sexo e idade. Então, podemos dizer que essas são perguntas chave de qualquer questionário de censo. Elas estão presentes, historicamente, em todos os questionários de censo do mundo, porque são características físicas, estruturais, da população. A partir daí, passa-se a elencar outras informações e seu grau de relevância estratégica para a nação. O primeiro aspecto a ser levado em conta é que, por sua abrangência e magnitude, um questionário de censo não pode ser gigantesco. É preciso fazer a ponderação entre o que é relevante e o que é prático, o que é possível. Para isso, o primeiro passo é consultar os instrumentos de coleta de pesquisas anteriores, ou seja, consultar o questionário do último censo realizado. Assim, a primeira etapa foi consultar os questionários do Censo 2010, avaliá-los à luz de demandas que hoje são mais relevantes, mais atuais, e pensar se seria o caso de aplicarmos os mesmos questionários. Inclusive, temos um estudo intitulado “Lições aprendidas do Censo 2010”, que aborda não apenas aspectos relativos aos questionários, mas vários aspectos relativos à operação do Censo como um todo. Esse estudo é fundamental para começarmos a organizar o principal elemento do Censo, que é o questionário. O segundo passo resulta da nossa experiência e de experiências e recomendações de organismos internacionais, e se constitui na discussão com especialistas em cada um dos temas elegíveis a comporem o questionário. Nessa discussão com especialistas internos busca-se avaliar os resultados obtidos com o conjunto de perguntas que compunha cada uma das áreas temáticas no questionário anterior. Definidas as áreas temáticas que se pretende manter e aquelas que eventualmente serão incluídas, discute-se a pertinência de manter o mesmo grupo de perguntas que foram feitas no questionário do Censo 2010, ou se é o caso de alterar perguntas existentes ou inserir novas perguntas, alterar o fluxo delas no corpo do questionário, aumentar a cobertura temática, simplificar o fluxo, etc. É importante destacar que o conjunto de temas e perguntas a eles relacionadas, discutidos nessa etapa, não necessariamente irão compor o questionário em sua totalidade, porque há uma série de aspectos e negociações que envolvem a formatação final dele. Concluída essa etapa, passamos a organizar a consulta pública. Para o Censo 2020, organizamos a consulta pública em 2018. Decidimos colocar em consulta pública

o questionário do Censo 2010, e não aquele que havíamos esboçado, porque queríamos comparar as críticas e sugestões ao questionário de 2010 com aquelas que nós havíamos feito. Em censos anteriores a consulta pública foi feita de forma mais direcionada. Em 2010, por exemplo, usamos o cadastro de usuários e clientes da loja do IBGE, além do cadastro de instituições parceiras e que congregam pesquisadores e profissionais envolvidos em estudos de temas contemplados nos censos e outras pesquisas do IBGE. Em 2018 decidimos fazer a consulta de forma totalmente aberta. Qualquer indivíduo poderia acessar a página do IBGE, onde estavam disponibilizados os questionários, fazer seu cadastro individual e apresentar suas críticas, análises e sugestões. É importante destacar que a consulta não se restringiu aos questionários. Havia a possibilidade de críticas e sugestões à metodologia e outros aspectos das pesquisas do IBGE. Foi uma experiência muito positiva, porque tivemos um retorno bem mais significativo, se comparado à consulta de 2010.

Quanto tempo antes do Censo tem início a preparação do questionário? 4 anos antes, ou a antecedência é ainda maior?

Deveríamos dar início a essa discussão com antecedência ainda maior que 4 anos. Mas as equipes envolvidas na preparação do questionário se envolvem em outras frentes de trabalho também. A principal delas é a Contagem de população, que aconteciam, tradicionalmente, nos anos de final 5. Para o Censo 2010, os trabalhos da Contagem terminaram em 2007 junto com as reuniões de preparação do Censo. Estávamos já em cima do prazo para a construção do questionário. Foi tudo muito corrido e muito puxado. O calendário da Contagem de 2015 foi religiosamente cumprido, com todas as etapas, inclusive com desenvolvimento de sistemas de SIGC, supervisão, teste experimental, tudo. E essa preparação e a expectativa de realizarmos a Contagem estenderam-se até o início de 2016. Mas a Contagem não foi realizada. Assim que soubemos que não haveria Contagem, no dia seguinte demos início aos trabalhos de preparação do Censo 2020. Entre 2016 e 2017 já estávamos realizando o primeiro teste para as perguntas referentes a cor e raça. Como mencionei antes, nós já tínhamos um estudo de lições aprendidas no Censo 2010. Nele, apareceu um viés no preenchimento da cor amarela. Uma percepção diferenciada das pessoas que se autodeclararam amarelas. Era preciso entender o fenômeno. Por isso, fizemos o teste na cidade do Rio de Janeiro e no interior do Estado, além de outros municípios no Brasil. Também fizemos o teste de identificação quilombola, o teste de autopreenchimento pela internet – para avaliar a qualidade da informação –, até que em 2018, com base na proposta da consulta pública, levando em consideração não apenas o que foi apontado ali como importante, mas o que, além disso, era viável, construímos a primeira proposta de questionário. É bom que se enfatize que, já na consulta pública, despontaram questões acerca de identidade de gênero e várias questões sobre cor e raça. E para além da consulta pública, o próprio IBGE recebe demandas e solicitações de órgãos e entidades representativas desses segmentos, particularmente das questões de identidade de gênero, e avaliamos que não tínhamos amadurecido suficientemente o tema e suas discussões, tampouco havíamos testado perguntas referentes ao tema e, portanto, não teríamos o preparo e o domínio necessários para a inclusão desse tema no Censo 2020. Mantivemos essa compreensão no parecer que emitimos para a demanda judicial de inclusão

do tema no questionário, já em 2022. A decisão judicial respaldou a compreensão do IBGE de que é necessário testarmos perguntas sobre o tema em vários testes, em pesquisas amostrais, até que tenhamos maturidade estatística para incluí-la no Censo Demográfico. É claro que, se em 2018 tivéssemos a perspectiva de que a operação do Censo só aconteceria em 2022, seria possível repensar a realização de testes e avaliar a inclusão do tema no questionário. De qualquer forma, agora teremos toda uma década para avaliarmos o que será melhor, inclusive dialogando com as representações organizadas desses segmentos sociais. Com base no que havíamos colhido a partir da consulta pública, e em nossas discussões internas, montamos o questionário e realizamos a primeira prova piloto no final do ano de 2018. No início de 2019 fizemos a segunda prova piloto e, depois disso, realizamos o Censo Experimental, em Poços de Caldas, onde fizemos o que seria o ensaio final do Censo 2020, já com alguns ajustes, pois havíamos feito a revisão, em função do tempo de preenchimento do questionário. Mantivemos a autonomia técnica e procuramos adequar o questionário à demanda que foi colocada pela mudança de gestão, que pleiteava uma operação mais ágil, focada, principalmente, na questão do tempo de preenchimento. Diante das discussões técnicas e mantendo a premissa das questões imprescindíveis no questionário, fizemos algumas alterações. É claro que houve perdas, isso é inegável, mas hoje estamos vendo que o tempo de preenchimento do questionário tornou-se um ponto relevante, na medida em que a sociedade tem apresentado maior resistência a prestar informações. Essa foi a trajetória da construção desse instrumento de coleta. Depois de todo esse percurso, quando já havíamos fechado o conteúdo dos questionários do Censo para 2020, houve uma demanda judicial, no final de 2019, pela inclusão do tema do autismo no questionário. Já estávamos fazendo o Censo experimental em Poços de Caldas e, paralelo a isso, fizemos o teste cognitivo e a avaliação de melhor redação para a inclusão da pergunta acerca do autismo. Essa foi a única questão inserida no corpo do questionário que não passou por todas as etapas anteriormente descritas.

2ª Que fatores técnicos, jurídicos, administrativos, financeiros têm influenciado a dinâmica do questionário do Censo?

No período mais recente, vivemos demandas legislativas – como foi o caso do autismo – e demandas judiciais – como a demanda pela inclusão das opções de gênero e orientação sexual. Em perspectiva, vamos conviver com demandas de grupos e instituições representativas de segmentos sociais variados. Mas isso já faz parte da rotina do trabalho de construção do questionário, como ficou demonstrado anteriormente, ao falarmos sobre a consulta pública, quando abrimos para críticas, sugestões e demandas sociais.

3ª A seu ver, existe espaço para a inclusão de novos quesitos no questionário? Em termos do próximo Censo, claro.

A princípio, qualquer inclusão precisa ser contrabalançada pela simplificação de algum outro tema, para que não tenhamos ganho em termos de tempo de preenchimento do questionário. Isso se relaciona, inclusive, com a questão da migração de temas e perguntas para outras pesquisas do IBGE

ou outros formatos de levantamento de dados, como os registros administrativos, por exemplo. Há vários aspectos a serem considerados antes de uma decisão dessa natureza. É preciso pensar, por exemplo, na disponibilidade de informação sobre o tema, a qualidade dessa informação, a existência de metadados, os conceitos e metodologias que envolveram a construção de um tema que poderia ser elegível a sair do questionário do Censo. Não temos, hoje, suficiente clareza a respeito da possibilidade de substituição de algum tema ou pergunta, porque a discussão acerca de registro administrativo e modalidades alternativas para a coleta de dados, para a integração de informações sociodemográficas, ou seja, a construção de um sistema integrado, precisa levar em conta todos os aspectos que acabo de mencionar. É preciso avaliar criteriosamente o que se perde, ao migrar um tema ou pergunta para outra pesquisa, porque você sempre irá abrir mão do rigor metodológico de determinado conceito envolvido. Então, pode haver espaço para uma nova questão? Sim, na medida em que conseguimos repensar e simplificar algum outro tema constante no questionário. A cada Censo essa revisão tem que ser feita de forma bastante criteriosa, participativa, abrangente, transparente, representativa, democrática, para que a gente consiga construir um instrumento que vai resultar num retrato da população brasileira dentro daquilo que é mais importante para a população brasileira.

4ª A seu ver, como o Censo brasileiro se coloca no cenário internacional? Em que aspectos somos inovadores e em quais precisamos avançar?

Comparando os dois últimos Censos, desde 2010 nós inovamos com a coleta totalmente digital. O ganho com essa inovação se dá para além da coleta do próprio questionário. O uso de tecnologia para fazer a operação de coleta, o seu controle e gestão, agora em 2022, avançou muito. Avançamos na modalidade de coleta, com o uso de telefone, algo que nunca havíamos feito. Mas o controle da operação apresentou os maiores avanços. As geotecnologias disponíveis e incorporadas à operação nos permitem, hoje, avanços muito importantes no acompanhamento da operação, do percurso de cada recenseador, da cobertura da operação. O uso do GPS, que permite acompanhar todo deslocamento, é praticamente um big brother da operação, como descrito por George Orwell. Há uma gama de informações denominadas paradosos, ou seja, dados relativos à operação de coleta, administração e melhoria do processo de pesquisa¹. A incorporação de geotecnologias ao processo de coleta, representada pelo DCM (Dispositivo de Coleta Móvel) com georreferenciamento, permite significativo ganho em termos de capacidade de processamento, armazenamento e agilidade para interpretar essas informações. Inclusive se comparado ao Censo 2010. Somos pioneiros no uso de dispositivos móveis para a coleta do Censo. E são poucos os institutos que tem a capacidade de acompanhamento do processo de coleta como temos hoje. Para que se tenha uma ideia de como avançamos nesse processo, quando ingressei no IBGE, às vésperas do Censo 2000, e vivi toda a transição das operações de pesquisa do meio analógico para o digital. O controle de qualidade na coleta era feito *a posteriori*, pela escolha aleatória de alguns questionários da amostra e alguns universais, e fazíamos a conferência das informações. Hoje podemos ajustar e corrigir eventuais falhas

¹ 2º Seminário de Metodologia do IBGE – SMI2013. *Estudo sobre paradosos do Censo 2010: uma análise dos dados da Supervisão*. Luciano Tavares Duarte, Denise Britz do Nascimento Silva e José André de Moura Brit.

durante o processo da coleta, porque ela é um dos pontos nevrálgicos de qualquer pesquisa. Poder efetuar ajustes no decorrer do processo representa um avanço muito importante para a qualidade do dado que ofereceremos. A pesquisa de pós enumeração, que é desenvolvida por agentes externos e, como o nome diz, ocorre depois de finalizado o processo, fará aferições que darão o grau de confiabilidade em diferentes aspectos da pesquisa. Mas, como o nome já diz, ela é posterior à operação. O que vivemos hoje é o acompanhamento e a intervenção no decorrer do processo.